

Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino

José Eustáquio Diniz Alves

Adam Smith (1983), em seu famoso livro *A Riqueza das Nações*, publicado originalmente em 1776, dizia que o trabalho é a fonte de toda riqueza. Para Karl Marx (1980), o trabalho humano – como criador de valores de uso e como trabalho útil – é uma condição da existência humana e faz parte do metabolismo entre homens, demais espécies e natureza. Segundo Hannah Arendt (2003, p. 15), a condição humana é marcada pela “vita activa”, expressão que ela usa para designar três atividades humanas fundamentais: “labor, trabalho e ação”. Sem a pretensão de entrar na discussão filosófica sobre o papel do trabalho, o fato é que o trabalho é um direito fundamental de todas as pessoas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece no Artigo 23°:

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego;
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual;
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social;
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses. (ONU, 1948)

O trabalho é um direito gerador e garantidor de autonomia para os indivíduos. O pleno emprego e o trabalho decente são bandeiras fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009). Se esta bandeira é válida para todas as pessoas, é especialmente válida para as mulheres, pois na maioria dos países, elas possuem menor inserção no mercado de trabalho, menor grau de cobertura da legislação trabalhista, maior grau de informalidade e menores níveis de remuneração.

O trabalho é um direito, mas também uma condição para o aproveitamento do potencial humano da população. Como a população e a classe trabalhadora tem dois sexos (LOBO, 1991), é fundamental considerar a evolução da força de trabalho feminina e as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. A evolução das condições propícias de emprego produtivo é condição essencial para o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral da população.

Durante a maior parte da história brasileira, os homens eram maioria da população. Isto porque as imigrações eram predominantemente masculinas e a alta mortalidade materna reduzia a esperança de vida das mulheres. O primeiro censo brasileiro, realizado em 1872, apontou uma população total de 9,9 milhões de habitantes, sendo 5,1 milhões de homens e 4,8 milhões de mulheres. Havia, portanto, um superávit de 317 mil homens ou 3,19% da população total. O censo de 1900 apontou um superávit de 362 mil homens ou 2,08% da população de 17,4 milhões de habitantes. O superávit masculino, embora menor, continuou nas primeiras décadas do século XX. O censo de 1940 apontou um empate entre homens e mulheres no Brasil. Mas, a partir dos meados do século XX, começou a crescer o superávit feminino. Em 1950 havia 174 mil mulheres a mais do que homens (0,34% da população total de 52 milhões) e se acentuou após 1970, quanto o superávit feminino chegou a 480 mil, representando 0,52% da população total de 93 milhões de habitantes. Em 1991, o superávit feminino, em termos absolutos, passou de um milhão de mulheres, representando 1,26% dos 170 milhões de brasileiros. O censo de 2010, do IBGE, mostrou um superávit feminino de quase 4 milhões de mulheres, ou 2,07% dos 191 milhões de habitantes.

O Brasil tem uma razão de sexo ao nascer com predominância masculina. Nascerem mais homens, porém os homens morrem em maiores proporções desde as tenras idades. Em termos de estrutura etária, os homens são maioria na população até os 25 anos. Depois dos 25 anos o superávit passa a ser feminino e aumenta muito à medida que se avança para o topo da pirâmide populacional. A esperança de vida no Brasil era de 51 anos no quinquênio 1950-55, sendo 49,3 anos para os homens e 52,8 anos para as mulheres (3,5 anos a favor do sexo feminino). No quinquênio 2010-15, a esperança de vida da população brasileira passou para 73,8 anos, sendo 70,2 anos para os homens e 77,5 anos para as mulheres. Diferença de 7,3 anos. Ou seja, ambos os sexos tiveram ganhos expressivos de longevidade, mas as mulheres se destacaram e ampliaram suas vantagens sobre o sexo oposto. A continuar estas tendências, o superávit feminino deve se ampliar nas próximas décadas. Portanto, discutir os direitos das mulheres e o aproveitamento da força de trabalho feminina é levar em consideração a maior parte da população brasileira.

O objetivo deste texto é avaliar os avanços femininos no mercado de trabalho entre 1950 e 2010, os quais, juntamente com os ganhos na esperança de vida e os avanços na educação, possibilitaram o aproveitamento de um bônus demográfico feminino no Brasil. Os dados mostram que houve redução das desigualdades de gênero e, mesmo de forma parcial, maior empoderamento das mulheres. A revolução foi incompleta, pois houve manutenção da divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo, o que limita a autonomia feminina. Mas o pior é o que vem acontecendo na segunda década do século XXI; primeiro, a estagnação das taxas de ocupação; depois, o colapso do emprego e da taxa de ocupação, e o crescimento do desemprego. O fim precoce do bônus demográfico feminino pode significar o fim do bônus demográfico brasileiro, o desempoderamento das mulheres e até mesmo a estagnação do desenvolvimento do país.

O bônus demográfico

Durante mais de 150 anos, desde a polêmica entre Condorcet, Godwin e Malthus, ainda no final do século XVIII, a preocupação central dos economistas e demógrafos era com os efeitos do crescimento populacional sobre o crescimento econômico (ALVES, 2002). Porém, após a publicação, em 1958, do livro *População e desenvolvimento econômico*, de Coale e Hoover (1966), a questão da estrutura etária passou a ter reconhecimento crescente nas análises teóricas sobre o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população. A razão de dependência demográfica (coeficiente entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente – os menores de 15 anos de idade e os maiores de 60 ou 65 anos - e o segmento etário potencialmente produtivo – entre 15 e 60 ou 64 anos) passou a ser uma variável chave nas análises.

De maneira sintética, podemos definir o bônus demográfico como sendo uma janela de oportunidade que acontece no momento em que a estrutura etária da população possibilita uma redução da razão de dependência, em decorrência de uma maior proporção de pessoas em idade produtiva e uma menor proporção de pessoas em idades dependentes (idosos e crianças). Se o bônus demográfico é acompanhado de melhorias das condições gerais de saúde, educação e emprego, ele possibilita o incremento das taxas de poupança e investimento (acelerando o crescimento econômico), a redução da pobreza, o aumento da renda per capita, a elevação dos níveis de produtividade e a melhoria das condições de vida da população.

O conceito de bônus demográfico, dividendo demográfico ou janela de oportunidade demográfica começou a se desenvolver e difundir na academia na década de 1990, mas tomou corpo no início do século XXI com a publicação do livro *Population matters: demographic change, economic growth, and poverty in the*

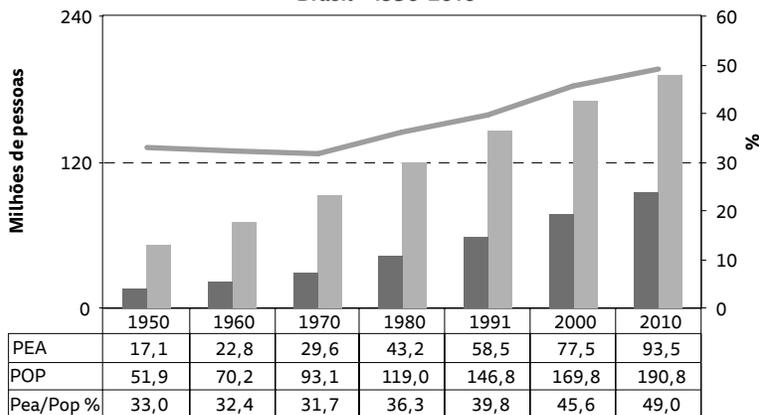
developing world (BIRDSALL; KELLEY; SINDING, 2001) e de artigos como “The demographic dividend: a new perspective on the economic consequences of population change” (BLOOM; CANNING; SEVILLA, 2003) e “A research plan for the macroeconomic demography of intergenerational transfers” (LEE; MASON, 2004).

No Brasil, dois trabalhos pioneiros mostraram o lado positivo das mudanças da estrutura etária (MARTINE; CARVALHO; ARIAS, 1994; CARVALHO; WONG, 1995). Mas foi nos anos 2000 que a discussão do bônus demográfico avançou no meio acadêmico e na mídia brasileira, a partir de diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito da ABEP (ALVES, 2004; TURRA; QUEIROZ, 2005; RIOS-NETO, 2005; ALVES; BRUNO, 2006). Todos estes artigos mostraram que a transição demográfica gera uma janela de oportunidade que é única e essencial para o processo de desenvolvimento. Como esclarece o relatório do UNFPA (2014, p. 12): “O bônus demográfico é o potencial de crescimento econômico que pode resultar de mudanças na estrutura etária da população, principalmente quando a proporção da população em idade ativa (15 a 64 anos) é maior do que a parcela da população que não se encontra em idade economicamente ativa”.

O fenômeno do bônus demográfico brasileiro está representado no gráfico 1, onde se observa que a População Economicamente Ativa (PEA) passou de 17 milhões de pessoas, em 1950, para 93,5 milhões, em 2010, um crescimento de 5,5 vezes, enquanto a população total passou de 51,9 milhões de habitantes, em 1950, para 191 milhões em 2010, um crescimento de 3,7 vezes. No Brasil, com o aumento e a diversificação do consumo, os avanços da medicina, da higiene (saneamento básico) e da urbanização, e a melhora das condições de vida, as taxas de mortalidade infantil caíram rapidamente depois da Segunda Guerra Mundial. Houve aumento do número de crianças sobreviventes e, em um contexto de famílias numerosas, a base da pirâmide populacional cresceu entre 1950 e 1970, gerando um rejuvenescimento ainda maior da população (a idade mediana estava abaixo de 20 anos). Mas o início do processo de transição da estrutura etária começou concomitantemente à redução das taxas de fecundidade que, na média nacional, teve início na segunda metade da década de 1960.

Em 1970, a população economicamente ativa (PEA) representava 31,3% da população total, passando para 49% em 2010. Ou seja, antes da transição da fecundidade havia aproximadamente uma pessoa na PEA para cada duas pessoas fora da PEA e a renda originária do trabalho era repartida, na média, por três pessoas. Em 2010, a PEA chegou a quase 50%, significando que a renda de cada pessoa ocupada passou a ser repartida somente entre duas pessoas. Ou seja, somente pelo efeito da mudança da estrutura etária, *ceteris paribus*, a renda dos trabalhadores cresceu cerca de 50% entre 1970 e 2010.

GRÁFICO 1
População Economicamente Ativa (PEA) como percentagem da população total
Brasil – 1950-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 a 2010.

Desta forma, houve uma queda da razão de dependência (RD), em decorrência da transição demográfica, que só acontece uma vez na história de cada país. Consequentemente, a baixa relação entre pessoas em idade de trabalhar e pessoas em “idade dependente” também só acontece uma vez na história, criando uma janela de oportunidade singular. A razão de dependência vem caindo desde 1970 e se aproxima do seu ponto mais baixo. Isto quer dizer que o Brasil está passando pelo melhor momento do seu bônus demográfico. O período exato depende da forma como se mede a razão de dependência. Se adotarmos o período de idade produtiva como sendo de 15 a 59 anos e as idades dependentes como sendo de 0 a 14 anos e 60 anos e mais, então a RD estará em seu nível mais baixo (55,9%) entre 2015 e 2018 (lembrando que a pessoa idosa no Brasil é definida a partir dos 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso). Se adotarmos a definição de população em idade ativa como sendo de 15 a 64 anos, então a RD estará em seu nível mais baixo (43,4%) entre os anos de 2021 e 2024. Assim, a conjugação de uma maior proporção da população brasileira participando da PEA e com maiores níveis educacionais caracteriza uma população com direitos e com força produtiva para fazer avançar as condições de vida (WAJNMAN; MACHADO, 2003).

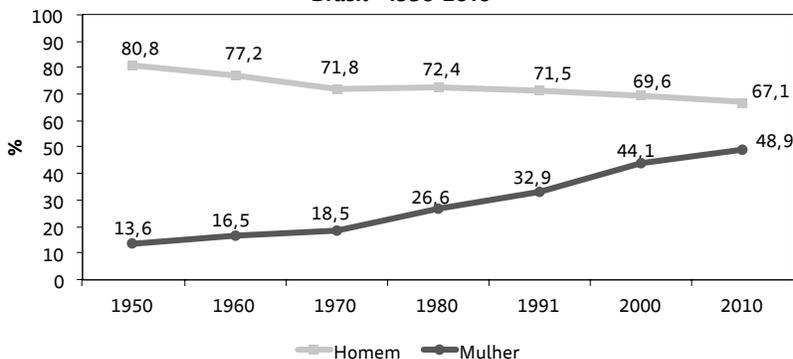
Ter maior proporção de produtores líquidos em relação aos consumidores líquidos é garantia essencial da decolagem do desenvolvimento. O nível mais baixo da razão de dependência (RD) varia em função da definição de qual é a população em idade ativa e a população dependente. Mas qualquer que seja o critério adotado, a RD vai começar a subir inevitavelmente. Subirá ou em 2019 ou em 2025. Portanto, o Brasil teria, estruturalmente falando, em torno de 10 anos para

colher os últimos ventos favoráveis da estrutura etária. Esta oportunidade única não poderia ser desperdiçada se o Brasil quiser dar um salto no processo de desenvolvimento para garantir bem-estar e qualidade de vida para sua população. Contudo, como veremos mais à frente, a atual crise econômica está comprometendo as condições demográficas favoráveis, como nunca se viu antes na história deste país.

O crescimento da taxa de atividade das mulheres e o bônus demográfico feminino

O crescimento da PEA brasileira não foi neutro em termos de gênero. Ao contrário, entre 1950 e 2010, a PEA masculina cresceu 3,6 vezes, enquanto a PEA feminina cresceu 16 vezes. Os homens passaram a entrar mais tarde e sair mais cedo da força de trabalho. As taxas de atividade masculinas caíram de 80,8% em 1950 para 67,1% em 2010, enquanto a taxa de atividade feminina passou de 13,6% para 48,9% no mesmo período. Ou seja, as mulheres foram a locomotiva do crescimento do mercado de trabalho brasileiro e deram uma contribuição inestimável ao desenvolvimento do país.

GRÁFICO 2
Taxas de atividade por sexo
Brasil - 1950-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 a 2010.

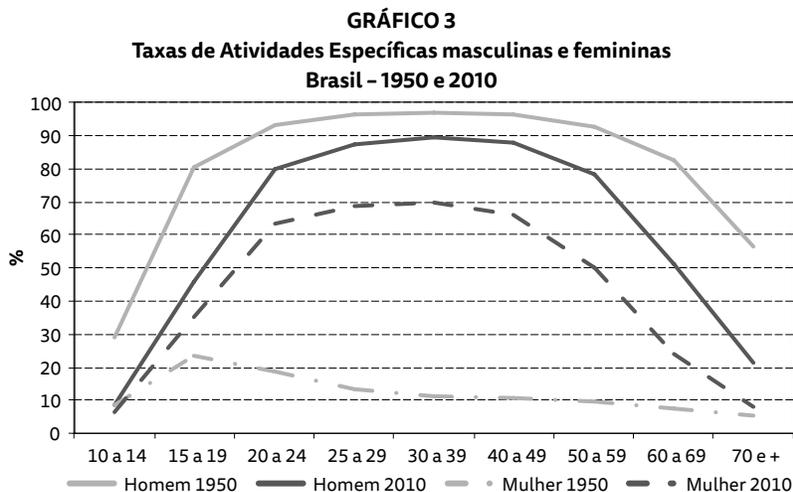
O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho está bem documentado na literatura, como no livro *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*, organizado por Maria Isabel Baltar da Rocha (2000), a partir de um seminário ocorrido no âmbito da ABEP. No artigo "Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina", Wajzman e Rios-Neto (2000)

apresentam cenários que indicam a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente a maior incorporação das mulheres de maior idade mediana e mais escolarizadas. Os autores mostram que a despeito da tendência de crescimento da taxa de atividade feminina seria pouco provável se atingir a paridade de gênero no mercado de trabalho, embora os diferenciais devessem ser reduzidos.

De fato, a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil tem um efeito sobre toda a sociedade, mas transforma em especial a vida das mulheres. Podendo dedicar menos tempo às tarefas de reprodução e de cuidado dos filhos, as mulheres passam a ter mais tempo para cuidar de si próprias e de se incorporar ao mercado de trabalho. Adicionalmente, o aumento da esperança de vida ampliou o ciclo de vida produtivo da mulher e, juntamente com o crescimento das taxas de escolaridade, elevou o capital humano feminino. O empoderamento das mulheres possibilita o surgimento de um bônus demográfico feminino, pois as mulheres passaram a se dedicar mais tempo às atividades produtivas, elevando o montante de trabalho do país, em termos quantitativos e qualitativos.

Em 1950, cerca de quatro quintos dos homens de 10 anos ou mais de idade estavam no mercado de trabalho. Eles entravam cedo e saíam tarde da atividade econômica. Porém, com o processo de modernização do país, os homens foram ficando mais tempo na escola e passaram a sair mais cedo da força de trabalho devido ao aumento da cobertura da previdência social. Em 2010, a taxa de atividade masculina caiu para dois terços, sendo que as maiores quedas se deram nos extremos da curva. Já no caso das mulheres houve aumento das taxas de atividade em todas as idades. A taxa de atividade feminina era de apenas 13,6% em 1950 e passou para 48,9% em 2010. A curva de 1950 tinha a cúspide na idade 15-19, caindo para as idades posteriores. Para os anos de 1970 e 1980 a cúspide estava na faixa etária de 20-24 anos, caindo para as idades posteriores. Porém, a partir de 1991 as taxas de atividade feminina continuaram crescendo até o grupo etário 30-39 anos e só apresentando uma tendência de queda rápida a partir dos 49 anos. Ou seja, os padrões das taxas específicas de atividade de homens e mulheres ficaram mais parecidos ao longo das últimas seis décadas, havendo apenas diferença de nível.

O gráfico 3 mostra que as diferenças de gênero nas taxas de atividades eram muito grandes em 1950 e diminuíram muito em 2010. O padrão das curvas, por sexo, está cada vez mais parecido, mas, devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres continuam com menor inserção no mercado de trabalho remunerado e maior presença no trabalho doméstico não remunerado.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 2010.

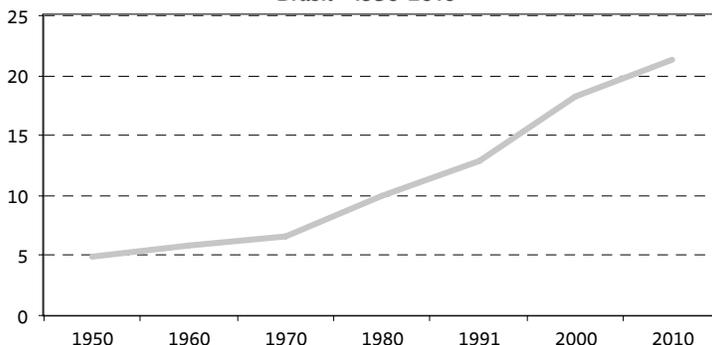
Reforçando a análise anterior, o artigo “Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002” de Rodolfo Hoffmann e Eugênia Leone mostra que a maior inserção feminina significou:

Uma diminuição da contribuição da renda do trabalho masculino e, de outro, um crescimento da contribuição da renda do trabalho das mulheres, bem como da renda proveniente de aposentadorias e pensões, para a desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita. O aumento da contribuição da renda do trabalho feminino para a desigualdade reflete, essencialmente, forte aumento da proporção dessa parcela no rendimento domiciliar (2004, p. 35).

Segundo Dedecca e Rosandiski (2006), após a crise de desemprego de 2001-2014, o ano de 2004 marcou uma trajetória de recomposição do mercado de trabalho acompanhada de uma mudança do perfil educacional da mão de obra, o que permite a elevação dos níveis de rendimentos da estrutura ocupacional. De acordo com Baltar e Leone (2015) a estrutura do emprego se modificou com a intensa ampliação do crescimento com inclusão social no Brasil entre 2004 e 2013. Houve crescimento das ocupações que exigem educação de nível superior, mudança da composição das ocupações e redução da desigualdade socioeconômica.

Numa visão de longo prazo, o gráfico 4 mostra que a PEA feminina representava apenas 4,8% da população total do Brasil em 1950. Este número subiu ligeiramente para 6,6% em 1970 e depois deu um salto para 21,3% em 2010. O mais significativo a ser destacado é que o bônus demográfico brasileiro foi quase que inteiramente gerado pelo aumento da PEA feminina, especialmente das mulheres com maiores níveis educacionais.

GRÁFICO 4
População Economicamente Ativa (PEA) feminina como percentagem da População Total
Brasil – 1950-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 a 2010.

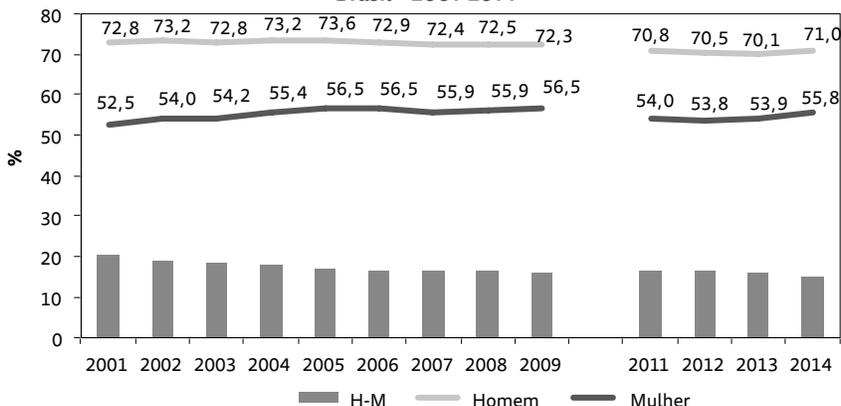
Se a taxa de atividade feminina tivesse ficado constante entre 1950 e 2010 não teria ocorrido o bônus demográfico no Brasil. Sem dúvida, o aproveitamento, mesmo que parcial, do bônus demográfico feminino foi uma das forças responsáveis pelo avanço na qualidade de vida da população brasileira entre 1970 e 2010. Porém, o bônus demográfico feminino, este importante fenômeno socioeconômico e demográfico – que ocorre apenas uma vez na história de cada país – está ameaçado pela crise do mercado de trabalho e pelo baixo desempenho da economia brasileira na segunda década do século XXI.

A estagnação da taxa de atividade feminina e o crescimento do desemprego

O crescimento da taxa de atividade feminina foi significativo entre 1950 e 2010 e houve diminuição do hiato de gênero. Contudo, para a continuidade desse processo seria necessário que os ganhos continuassem entre 2010 e 2030, pois só assim o bônus demográfico feminino poderia ser colhido, possibilitando que a sociedade e as famílias usufríssem dos benefícios esperados.

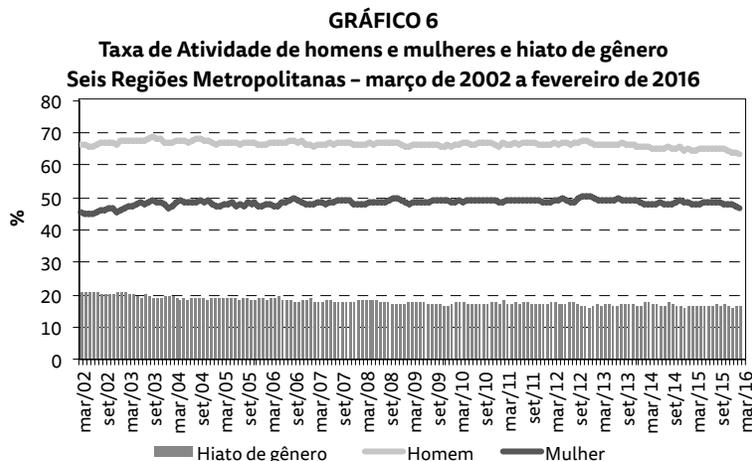
Contudo, o gráfico 5, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes à população de 10 anos e mais, mostra que realmente a taxa de atividade feminina subiu na primeira década do século XXI, passando de 52,5% em 2001 para 56,5% em 2009, e a taxa de atividade masculina caiu, passando de 72,8% em 2001 para 71% em 2014. Assim, houve redução do hiato de gênero nas taxas de atividade. Porém, ocorreu retrocesso na segunda década do século XXI, pois a taxa de atividade feminina ficou abaixo de 56% entre 2011 e 2014. O hiato de gênero só não aumentou muito em relação a 2009 porque a taxa de atividade masculina continuou caindo.

GRÁFICO 5
Taxa de atividade (10 anos e mais) por sexo
Brasil - 2001-2014



Fonte: IBGE. Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs.

A interrupção dos ganhos na taxa de atividade feminina pode ser comprovada também segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que fornece informações atualizadas do mercado de trabalho para as seis maiores regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). O gráfico 6 mostra que a taxa de atividade (PEA/PIA) masculina ficou aproximadamente estável entre 2003 e 2012 e caiu nos anos seguintes. Já a taxa de atividade feminina cresceu entre 2002 (quando estava em torno de 45%) e final de 2008 (quando chegou a quase 50%), mantendo-se em seus níveis elevados até novembro de 2013 quando chegou a 50,4%. Porém, o ano de 2014 já apresentou redução da taxa de atividade, que caiu a 48,3% em dezembro de 2014. Mas o que estava ruim piorou com a grave crise de 2015, já que a taxa de atividade feminina nas seis regiões mais dinâmicas do país caiu para 47,7% em dezembro de 2015 e 46,6% em fevereiro de 2016. A taxa de atividade só não caiu mais porque o desemprego aumentou. A diferença entre as taxas de atividade de homens e mulheres (hiato de gênero) diminuiu entre 2002 e 2009, mas se manteve aproximadamente constante nos anos seguintes.



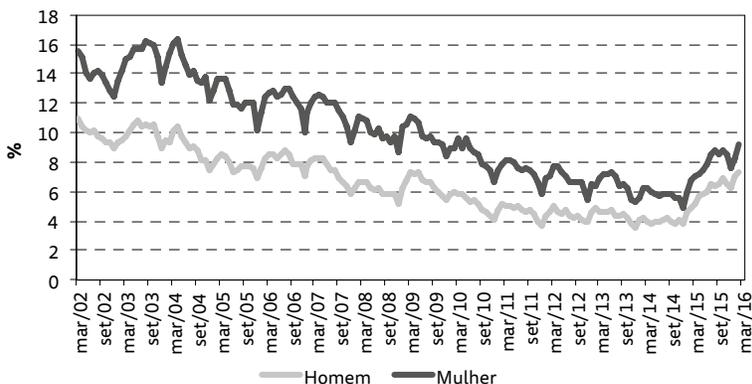
Fonte: IBGE. Pesquisas Mensais de Emprego – PMEs.

O gráfico 7 mostra que as taxas de desocupação de homens e mulheres caíram bastante entre 2002 e 2014. Este fato contrasta com os dados anteriores, pois as taxas de atividade não cresceram na mesma proporção. Isto quer dizer que muitas mulheres não entraram no mercado de trabalho ou se aposentaram precocemente. A taxa de desocupação feminina atingiu o nível mais baixo (5%) no final de 2014. Mas houve um forte aumento chegando a 6,3% para os homens e 7,6% para as mulheres em dezembro de 2015. Em fevereiro de 2016 as taxas foram respectivamente de 7,3% e 9,2%, mantendo o padrão de um maior desemprego entre as mulheres.

Embora a taxa de desemprego tenha caído entre 2004 e 2014 nas regiões metropolitanas mais dinâmicas do país, o desemprego entre jovens continuou elevado e acima de dois dígitos. Para os jovens de 15 a 17 anos o desemprego caiu da faixa de 40% entre 2002 e 2009 para 25% entre 2010 e 2014, mas voltou para níveis acima de 40% em 2016. Entre os jovens de 18 a 24 anos o desemprego que estava em torno de 25% no início da série, caiu para algo em torno de 15% até 2014 e voltou para o nível dos 20% em 2016. Como mostrou Alves (2016, p. 32), a atual crise brasileira está parindo uma geração perdida”.

A manutenção de altas taxas de desemprego entre os jovens não é um fato esperado pela teoria econômica em um momento em que as taxas gerais de desemprego estavam caindo. Segundo o demógrafo americano Richard Easterlin (1975) “coortes menores tendem a ter melhores oportunidades no mercado de trabalho e na educação”. Portanto, o Brasil, que vive a fase do bônus demográfico, tem uma chance única de avançar com a inclusão social de seus adolescentes e jovens.

GRÁFICO 7
Taxa de desocupação de homens e mulheres
Seis Regiões Metropolitanas – março de 2002 a fevereiro de 2016



Fonte: IBGE. Pesquisas Mensais de Emprego – PMEs.

Mas o mais preocupante é que existe uma parte dos jovens brasileiros que nem trabalham e nem estudam. É a chamada geração nem-nem (ALVES, CAVENAGHI, 2014). É preocupante, pois quanto maior o número de jovens fora da população economicamente ativa (PEA) e fora da escola, menores são os benefícios do bônus demográfico. Segundo estudo das demógrafas Ana Amélia Camarano e Solange Kanson (2012), do IPEA, existiam 8,1 milhões de jovens (de 15 a 29 anos) que estavam fora da escola e do mercado de trabalho em 2000 (16,9% da população jovem), atingindo 8,8 milhões (17,2%) em 2010. Segundo as autoras:

Esse crescimento foi diferenciado por sexo. Enquanto o contingente masculino aumentou em 1.107 mil pessoas, o de mulheres diminuiu em 398 mil. Do total de homens jovens, 11,2% encontravam-se na condição de não estudar e não trabalhar em 2010. Entre as mulheres, o percentual foi bem mais elevado, 23,2%, apesar do percentual de homens ter aumentado e o de mulheres diminuído. Do total de jovens que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho, 67,5% era composto por mulheres, embora esta participação venha decrescendo desde os anos 1980 (p. 38).

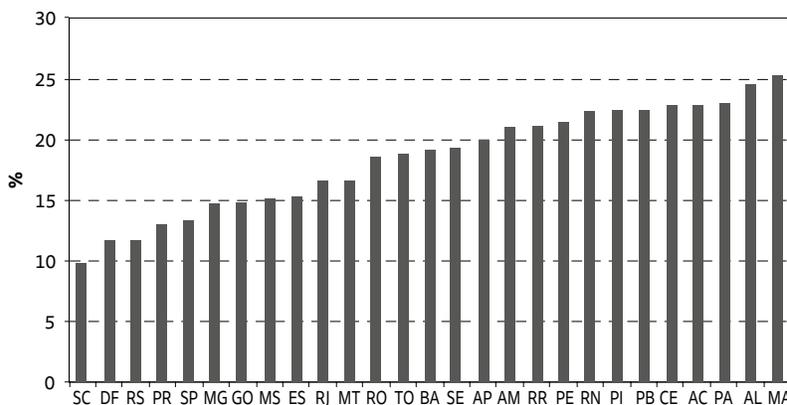
Ainda de acordo com o estudo, aproximadamente dois terços das mulheres que não estudavam e não trabalhavam eram casadas e 61,2% já tinham filhos em 2010. Portanto, eram mulheres que dedicavam a maior parte do seu tempo aos afazeres reprodutivos, que não são contabilizados nas Contas Nacionais. Muitas dessas mulheres engravidaram por não terem alternativas de progresso social e por não terem acesso aos métodos de regulação da fecundidade. Estas mulheres sofrem com o círculo cumulativo da falta de direitos: no trabalho, na educação e na falta de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos. O crescimento do número

de homens que não estudam e não trabalham é também preocupante, pois, além de ser um desperdício do potencial humano em termos macroeconômicos, reflete a falta de oportunidade de trabalho decente, que é um direito humano básico.

O crescimento do número de jovens “nem-nem” entre 2009 e 2012 é um fato não previsto, pois, embora 2009 tenha sido um ano de recessão econômica, os anos de 2010 a 2012 apresentaram crescimento do PIB e isto deveria ter aberto oportunidades para os jovens na escola e no mercado de trabalho. Existem diversas pessoas que dizem que o Brasil, devido à queda nas taxas de fecundidade, estaria passando por um processo de “apagão de mão de obra”. Contudo, estes dados sobre a geração “nem-nem” mostram o quanto o Brasil está distante de atingir a situação de pleno emprego e de engajar sua juventude em atividades que sejam engrandecedoras dos indivíduos e de uma nação justa, próspera e ambientalmente sustentável. Uma vez que o número absoluto de jovens está diminuindo no Brasil, este seria o momento adequado para se investir nos direitos da juventude, permitindo que façam a transição para a vida adulta de maneira tranquila, saudável e produtiva. O futuro do país depende da inserção social e da boa qualidade de vida das novas gerações (CAMARANO; KANSO, 2012).

Mas o gráfico 8, com base no último censo demográfico, mostra que o percentual de jovens que nem estudam e nem trabalham – de 15 a 29 anos – é muito elevado, em especial, nas Unidades da Federação (UFs) com menores níveis de desenvolvimento e IDH. Santa Catarina foi a única UF com percentual da “geração nem-nem” abaixo de 10%. A maioria das UFs do Nordeste e Norte tinha taxas acima de 20%.

GRÁFICO 8
Percentagem de jovens de 15 a 29 anos que nem estudam e nem trabalham
Unidades da República Federativa do Brasil – 2010

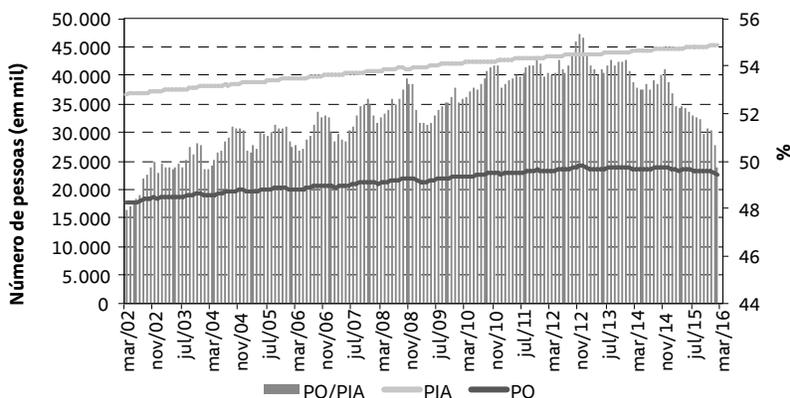


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Ou seja, não se trata de criminalizar os jovens por serem nem-nem, mas avaliar porque as políticas públicas não têm sido capazes de incorporar a juventude no mercado de trabalho e na escola de qualidade, especialmente os jovens das camadas mais pobres da população. Além disso, muitas jovens das camadas pobres não possuem acesso aos serviços de saúde reprodutiva e ficam grávidas em um momento não planejado e não possuem apoio de creches para conciliar as tarefas dos cuidados familiares com a inserção produtiva.

Considerando a população ocupada e a taxa de ocupação, ainda com base na PME, o gráfico 9 mostra que a população ocupada (PO) estava acompanhando o crescimento da população em idade ativa (PIA) no período compreendido entre 2002 e 2012. Consequentemente, a taxa de ocupação (PO/PIA) estava aumentando e passou de algo em torno de 48% em 2002 para 55% no final de 2012. Ter mais pessoas ocupadas é um dos aspectos fundamentais do aproveitamento do bônus demográfico. Contudo, o pico da taxa de ocupação ocorreu em 2012 e a tendência de queda que já estava presente nos anos de 2013 e 2014 se acentuou bastante em 2015, caindo para 49,7% em fevereiro de 2016. Ou seja, mesmo na época de taxas baixas de desemprego aberto, a população ocupada não estava crescendo e passou a cair de maneira preocupante.

GRÁFICO 9
População total em idade ativa (PIA), População total ocupada (PO) e Taxa de Ocupação (PO/PIA)
Seis Regiões Metropolitanas – março de 2002 a fevereiro de 2016



Fonte: IBGE. Pesquisas Mensais de Emprego – PMEs.

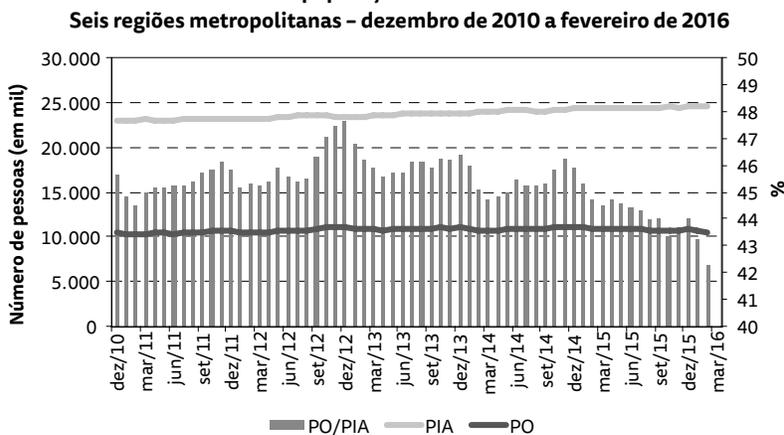
Com a estagflação de 2015 e 2016 a taxa de ocupação (principalmente do emprego formal) tende ao colapso, podendo antecipar de maneira definitiva o fim do bônus demográfico geral e, em particular, provocando o fim do bônus demográfico feminino.

O fim do bônus demográfico feminino e os desafios do envelhecimento populacional

As taxas de atividade femininas cresceram substancialmente entre 1950 e 2010, como vimos no gráfico 2, com base nos dados dos censos demográficos do IBGE. O gráfico 6, tendo como referência a PME do IBGE, mostra que a taxa de atividade feminina cresceu entre 2002 e 2012, mas começou a cair a partir de 2013. O gráfico 10, focado no período mais recente (governo Dilma Rousseff), mostra que a população feminina ocupada cresceu de 10,5 milhões (taxa de 45,6%) em dezembro de 2010 para 11,2 milhões (taxa de 47,6%) em dezembro de 2012, caindo para 10,8 milhões (taxa de 44,1%) em dezembro de 2015, para chegar a 10,4 milhões (taxa de 42,3%) em fevereiro de 2016. Nos últimos 5 anos houve estagnação da ocupação, enquanto a população feminina em idade ativa continuava crescendo. Como resultado, a taxa de ocupação feminina caiu mais de cinco pontos no período.

GRÁFICO 10

População em idade ativa (PIA), População ocupada (PO) e Taxa de Ocupação (PO/PIA) para a população feminina

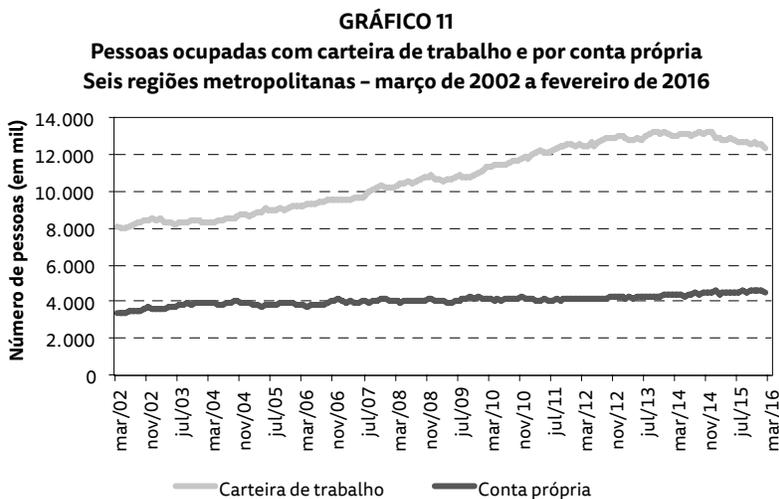


Fonte: IBGE. Pesquisas Mensais de Emprego – PMEs.

Tudo indica que a taxa de atividade feminina vai continuar abaixo daquela alcançada em 2012, interrompendo os ganhos ocorridos desde 1950. Como a razão de dependência demográfica continua caindo, isto significa que o Brasil está desperdiçando as últimas oportunidades do bônus demográfico feminino que, como vimos, foi fundamental para melhorar as condições de vida da população brasileira, tal como ocorrido entre 1970 e 2012. Como as mulheres brasileiras possuem maiores níveis educacionais do que os homens, o não crescimento das taxas de

atividade feminina significa uma perda de uma oportunidade histórica. A queda das taxas de ocupação está ocorrendo inclusive entre as mulheres mais escolarizadas. A perda desta oportunidade histórica pode contribuir para o desempoderamento das mulheres brasileiras. Incrível que isto esteja acontecendo quando o país tem a primeira mulher na Presidência da República.

O gráfico 11 mostra que o número de pessoas com carteira de trabalho subiu relativamente rápido entre 2002 e 2012, enquanto o número de pessoas trabalhando por conta própria ficou aproximadamente constante entre 2003 e 2014. Mas a partir de 2015 estas tendências se inverteram e o número de empregos formais caiu enquanto o de empregos por conta própria subiu. Houve também aumento da informalidade e redução do rendimento mensal. Portanto, caiu a massa salarial, o que agrava a recessão.



Fonte: IBGE. Pesquisas Mensais de Emprego - PMEs.

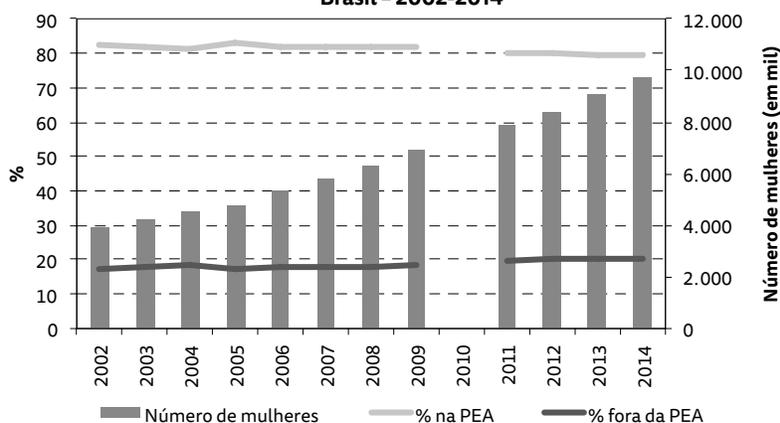
O gráfico 12 mostra que o número de mulheres com 15 anos ou mais de estudo subiu de 3,9 milhões em 2002 para 9,7 milhões em 2014, segundo dados da PNAD do IBGE. Entre estas mulheres mais escolarizadas a taxa de atividade é alta, mas o dado preocupante é que esta taxa está caindo, pois era de 82,6% em 2002 e caiu para 79,7% em 2014. Segundo a PME, as mulheres com 11 ou mais anos de estudo representavam cerca de 37% de todas as mulheres desempregadas, aproximadamente o mesmo percentual das mulheres com menos de 8 anos de estudo. Mas em fevereiro de 2016, o percentual de mulheres mais educadas representava dois terços das pessoas desempregadas, enquanto as mulheres com menos de 8 anos de estudo representavam apenas 13,1%. Isto quer dizer que

o efeito dos maiores níveis educacionais sobre a inserção feminina no mercado de trabalho está perdendo força, comprometendo o crescimento futuro das taxas de atividade feminina.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, mostram um colapso do emprego formal. Depois das últimas eleições presidenciais, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2016, foram fechadas cerca de 2,4 milhões de vagas com carteira assinada no Brasil. No espaço de 15 meses foram 159 mil vagas com carteira de trabalho assinada perdidas por mês, ou 5.300 empregos formais perdidos por dia. O emprego formal encolhe enquanto cresce a população em idade de trabalhar e que está engrossando as fileiras do desemprego aberto, do desemprego oculto ou do desalento. Segundo Bittencourt (2016, p. 9):

A velocidade de destruição de empregos formais registrada em 2015 (-1,64 milhão de vagas) se destaca das crises anteriores. Nunca se perdeu tantos empregos formais em um período de tempo tão curto. Em 2016, o forte movimento de demissão nos empregos formais deve prosseguir. Para janeiro, projeta-se a destruição de 170 mil vagas. Embora seja esperada leve retomada sazonal de contratações após o Carnaval, em fevereiro e março, a projeção é de perda líquida de 2,2 milhões de vagas no ano.

GRÁFICO 12
Número de mulheres de 15 anos e mais, percentagem na PEA e percentagem fora da PEA
Brasil – 2002-2014



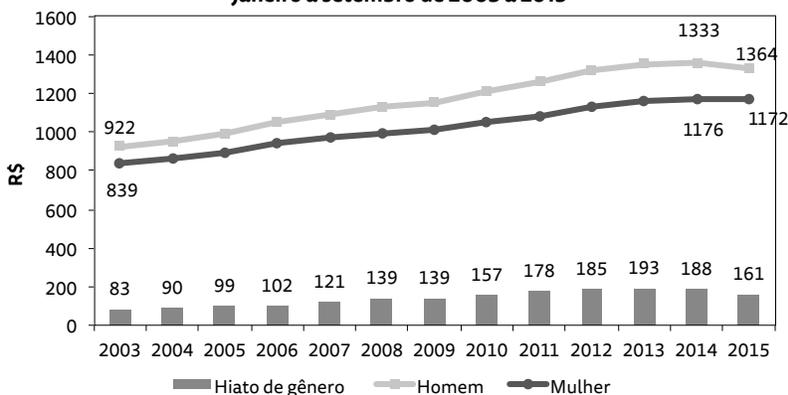
Fonte: IBGE. Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs. Visitado em 20 jan. 2016.

No período de 2003 a 2015, os salários médios reais de admissão, em nível nacional, para o período de janeiro a setembro de cada ano, apresentaram aumento real de 43% ao terem passado de R\$ 884,40 em 2003 para R\$ 1.268,27 em 2015.

Esse resultado decorreu do aumento de 46,49% para os homens e 40,36% para as mulheres. Entre 2003 e 2013 os ganhos salariais foram maiores para os homens. Já em 2014 e 2015 o hiato de gênero dos salários médios reais de admissão se reduziu, pois houve queda dos rendimentos masculinos. Para ambos os sexos, o salário médio de janeiro a setembro de 2015 caiu 1,3% em relação ao mesmo período de 2014 e ficou praticamente no mesmo nível de 2013. O que é preocupante nesta situação é que o rendimento caiu junto com a queda da população ocupada, significando que houve diminuição da massa salarial. Num quadro de queda do valor das exportações e de redução da Formação Bruta de Capital Fixo (investimentos), a redução do consumo agregado significa que a recessão deve se aprofundar em 2016.

Outro dado preocupante é que as mulheres continuam obtendo salários menores do que os homens, embora tenham níveis educacionais mais elevados (SOUEN, 2015). Em parte isto se deve a discriminações no mercado de trabalho, mas também se deve à divisão sexual do trabalho, pois existe uma repartição desigual das tarefas domésticas e de reprodução entre os sexos. Em geral, os homens possuem maior autonomia para se dedicar à carreira profissional. Na falta de políticas de conciliação entre família e emprego, as mulheres ficam prejudicadas e trabalham mais nas atividades não remuneradas e menos nas atividades remuneradas.

GRÁFICO 13
Evolução do salário médio mensal real de admissão por sexo
Janeiro a setembro de 2003 a 2015



Fonte: MTE. Caged. Lei nº 4.923/65.

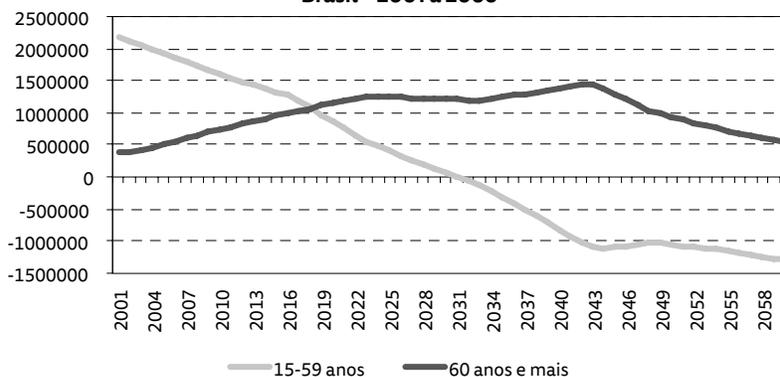
Nota: Valor real deflacionado por INPC médio de janeiro a setembro de 2015.

A crise do mercado de trabalho veio em um momento em que o nível de emprego deveria estar subindo para que o Brasil aproveitasse de forma adequada a janela de oportunidade demográfica, uma vez que o envelhecimento populacional

tende, num futuro próximo, a transformar o bônus em ônus demográfico. O gráfico 14 mostra que, em 2001, a PIA (15-59 anos) aumentou em 2,2 milhões de pessoas, enquanto a população idosa (60 anos e mais) cresceu apenas 373 mil pessoas, segundo as projeções do IBGE. Porém, a PIA tem apresentado um ritmo de queda muito rápido, enquanto a população idosa tende a continuar crescendo até meados do século. No ano de 2019, pela primeira vez na história, a população idosa, com crescimento de 1,1 milhão de pessoas, deve apresentar uma variação maior do que a PIA (972 mil pessoas). A partir do ano de 2032 a PIA vai começar a diminuir em termos absolutos, ano a ano, enquanto a população idosa estará crescendo acima de um milhão de pessoas. No ano de 2043, a PIA deve decrescer em 1,1 milhão de pessoas, enquanto a população idosa deverá estar crescendo em um volume de 1,4 milhão de pessoas, anualmente.

Evidentemente, todo este processo de mudança da estrutura etária terá um grande impacto sobre o mercado de trabalho, a previdência e o sistema de saúde. Em primeiro lugar, deve diminuir a proporção de pessoas que pagam impostos e contribuem com a previdência, o que vai agravar a produção de bens e serviços, uma vez que os níveis de produtividade do trabalho no Brasil são baixos e estão estagnados há bastante tempo (NEGRI; CAVALCANTI, 2014). O envelhecimento populacional, especialmente da parcela com mais de 80 anos de idade, vai aumentar muito os custos do sistema de saúde e deve também pressionar as relações familiares em relação ao cuidado dos idosos.

GRÁFICO 14
Variação anual da população por grupos etários
Brasil – 2001 a 2060



Fonte: IBGE. Projeções Populacionais. Revisão 2013.

Mas o maior impacto do envelhecimento deve ocorrer sobre o equilíbrio atual da previdência. Segundo Tafner, Botelho e Erbisti (2014), os gastos com a

seguridade social no Brasil, como proporção do PIB, são altos, e parecidos com aqueles de sociedades mais maduras. Isto significa que o sistema já possui um déficit atualmente, mas este déficit tende a aumentar muito até a metade do século. Numa situação de déficit fiscal crônico, um aumento do desequilíbrio das contas da previdência apenas vai agravar os problemas do crescimento econômico e do emprego, dificultando a superação da pobreza e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O Brasil pode entrar em uma situação de armadilha do baixo crescimento e de déficits públicos elevados, comprometendo o desempenho histórico do PIB. Mas o baixo crescimento econômico pode não implicar em menor degradação ambiental.

Considerações finais

O Brasil está passando por um momento definidor para o futuro do país. Existe um agudo processo de rebaixamento da estrutura produtiva (desindustrialização) e uma reprimarização da economia em um momento em que mais de 85% da população vive em cidades. A taxa de atividade e a taxa de ocupação sempre estiveram abaixo da expectativa do pleno emprego, mas a partir de 2013 começaram a cair num momento em que a estrutura etária ainda favorece a inserção produtiva da população em idade ativa. Provavelmente teremos uma segunda década perdida, com aumento do desemprego e estagnação da renda per capita.

Desta forma, o país está desperdiçando o seu melhor momento demográfico e não terá outras condições tão favoráveis no futuro. Perdendo o primeiro bônus demográfico, perde-se também o segundo bônus demográfico, especialmente porque as taxas de poupança são baixas no Brasil. Ou seja, o Brasil pode estar assistindo ao fim precoce do bônus demográfico, especialmente do bônus feminino, o que pode ser também o fim do desenvolvimento brasileiro. A crise na geração de emprego começou em 2013 e 2014, mas se acelerou bastante nos anos de 2015 e 2016. Assim, pode-se afirmar que a demografia não é culpada pela atual crise brasileira. Ao contrário, o Brasil passa pelo menor valor da razão de dependência (2015-2024) e vive o seu melhor decênio demográfico da história.

O crescimento econômico é o resultado do aumento do estoque de capital e da ampliação da força de trabalho, multiplicado pela produtividade dos fatores de produção. A produtividade no Brasil está estagnada. E a população em idade ativa vai começar a diminuir depois de 2025. O desenvolvimento econômico e social, que pode ser definido rapidamente como um processo de mudança da estrutura produtiva (perda relativa do tamanho do setor primário e crescimento

dos setores secundário e terciário) com aumento da renda per capita e elevação do bem-estar da população, pode entrar em uma fase de “estagnação secular”.

Neste complexo quadro econômico e político, certamente a demografia – considerando a queda da fecundidade e o envelhecimento populacional – não pode ser responsabilizada pela estagnação nacional. Na verdade, os erros da política macroeconômica dos últimos governos brasileiros estão provocando o fim precoce do bônus demográfico, com grande desperdício de pessoas não ocupadas, em particular pessoas que estudaram mas não encontram uma colocação no mercado de trabalho. Há milhões de jovens que nem estudam e nem trabalham. Recentemente o desemprego começou a crescer entre a população mais escolarizada. Esta situação está colocando em xeque as possibilidades de superação da renda média e subida para o bloco dos países de renda alta.

Para agravar todo o quadro, a estagnação do mercado de trabalho das mulheres e o fim do bônus demográfico feminino podem representar, por um lado, o “desempoderamento” das mulheres, e por outro, o “desdesenvolvimento” do Brasil. A estagnação do mercado de trabalho feminino pode afetar negativamente as relações de gênero e a possibilidade de melhoria das condições de vida da maioria da população.

Referências

ALVES, J. E. D. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. *Textos para Discussão*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-56, 2002. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/images/ence/doc/publicacoes/textos_para_discussao/texto_4.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

ALVES, J. E. D. O Bônus Demográfico e o crescimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, *Aparte*, IE-UFRJ, 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_302.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Fecundidade e direitos sexuais e reprodutivos na agenda do Cairo+20 In: ARILHA, M.; LAGO, T. (Org.). *Cairo+20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos*. 1. ed. São Paulo: Oficina Editorial, 2014. v.1, p. 87-114.

ALVES, J. E. D. O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil. *Revista Portal de Divulgação*, São Paulo, ano V, n. 45, p. 6-17, jun./jul./ago. 2015. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/view/510/549>>. Acesso em: 25 out. 2015.

ALVES, J. E. D. O desemprego e a geração perdida. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 13 mar. 2016.

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BALTAR, P.; LEONE, E. O emprego assalariado nos anos 2000: mudanças de composição por idade e sexo. ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas. *Anais...* Disponível em: < http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Baltar_Leone_ABET_2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BIRDSALL, N.; KELLEY, A.; SINDING, S. *Population matters: demographic change, economic growth, and poverty in the developing world*. New York: Oxford University Press, 2001.

BLOOM, David E., CANNING, David, SEVILLA, Jaypee. *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Santa Monica: RAND Program of Policy-Relevant Research Communication, 2003.

BITTENCOURT, Viviane. Mercado de Trabalho: Crise de 2015 revela mudança da dinâmica do mercado de trabalho, *Boletim IBRE*, Rio de Janeiro, p. 9-11, fev. 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 37-44, nov. 2012.

CARVALHO, J.A.M., WONG, L. R. *A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 1995. Working paper.

COALE, A.; HOOVER, E. *População e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navarro. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, São Paulo, n. 22, jun. 2006.

EASTERLIN, R. An economic framework for fertility analysis. *Studies in family planning*, n. 6, p. 54-63, 1975.

HOFFMANN, Rodolfo, LEONE, Eugênia T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002, *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, maio/ago. 2004.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Censos Demográficos. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

LEE, Ronald; MASON, Andrew. A Research Plan for the Macroeconomic Demography of Intergenerational Transfers, National Transfer Accounts Working Paper No. 1. 26 January 2004. Disponível em: <<http://www.ntaccounts.org/doc/repository/LM2004.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

LOBO, Elizabeth S. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. M.; ARIAS, A. R. *Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social*. Brasília: IPEA, 1994. (TD 345).

MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NEGRI, F; CAVALCANTE, L.R. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil. In: NEGRI, F; CAVALCANTE, L.R. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI: IPEA, 2014. p. 15-51.

OIT. *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2009.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. New York, 1948

RIOS-NETO, E.L.G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro, *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

ROCHA, M. I. Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP: Nepo/Unicamp: Cedeplar/UFMG: Editora 34, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUEN, Jacqueline Aslan. A dinâmica macroeconômica e os desafios para a continuidade do avanço do emprego formal. ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas. Disponível em: < <http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Jacqueline-Aslan-Souen.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

TAFNER, Paulo; BOTELHO, C.; ERBISTI, R. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

TURRA, C. M; QUEIROZ, B. L. Before it's too late: demographic transition, labour supply and social security problems in Brazil. United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures. México: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais: Divisão de População, 2005.

UNFPA. O poder de 1,8 BILHÃO adolescentes, jovens e a transformação do futuro. SWOP, Situação da População Mundial, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

WAJNMAN, S. RIOS-NETO, E.L.G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP: Nepo/Unicamp: Cedeplar/UFMG: Editora 34, 2000. p. 59-84

WAJNMAN, S. MACHADO, A.F. (Org.). *Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.